



**Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

**COMUNIDADES À MARGEM DA SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE O PÓLO
ECOTURÍSTICO DE IRANDUBA NO AMAZONAS**

Edinelza Macedo Ribeiro (Universidade do Estado do Amazonas/UnB/C) - ediribeiro27@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5385395813417606>

Elane Conceição Oliveira (Universidade de Brasília - UnB/CDS) - ecoliveira_@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9219459569460852>

Ana Lucia Soares Machado (Universidade de Brasília/CDS) - analusmachado@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8651168588446017>

Elimar Pinheiro do Nascimento (Universidade de Brasília/CDS) - elimarcds@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>

COMUNIDADES À MARGEM DA SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE O POLO ECOTURÍSTICO DE IRANDUBA NO AMAZONAS

RIBEIRO¹, Edinelza M.; OLIVEIRA, Elane C.; MACHADO, Ana Lúcia S.; NASCIMENTO, Elimar P.

RESUMO

O Estado do Amazonas possui uma das maiores biodiversidades preservadas do planeta. Dispõe de um banco genético precioso para a exploração científica e econômica. Porém, encontra-se ameaçado pela degradação ambiental. Por apresentar uma rica sociodiversidade com grande número de etnias indígenas, marcada pela cultura dos povos ribeirinhos, rica em festas folclóricas, a região também é conhecida como Referencial do Ecoturismo. O presente artigo se propôs analisar o impacto do polo ecoturístico no município de Iranduba/AM sobre as comunidades da região. A pesquisa é de natureza qualitativa, pois se priorizou para a realização da coleta de dados a técnica metodológica do Grupo Focal. O que motivou a realização desse trabalho foi investigar o *modus operandis* do ecoturismo no Amazonas, com o fim de revelar se esta atividade tem sido realizada de acordo com o conceito defendido pela literatura. A escolha desse polo ecoturístico deu-se em virtude do município anteriormente citado abrigar a maior concentração de hotéis de selva e uma diversidade de comunidades ao seu redor. O resultado do estudo aponta que as comunidades naquele polo estão excluídas do processo que constitui o tripé do ecoturismo, tanto com relação ao equilíbrio ambiental, como o social e o econômico. Verifica-se também a falta de consenso dentro do mercado turístico local sobre a importância dos aspectos sociais e ambientais no setor. Com a realização desse estudo, acredita-se que ele possa sensibilizar os tomadores de decisão do mercado turístico da região e os faça entender que o compromisso, a priori, do ecoturismo é o desenvolvimento das comunidades. Caso contrário, os conceitos, os fins e os meios do benefício dessa prática serão sempre pensados e classificados sob a ótica e influência de diferentes grupos de interesses e contextos socioeconômicos, culturais e ambientais, totalmente desambientados da cultura amazônica.

Palavras-chave: Ecoturismo; Sustentabilidade; Polo de Ecoturismo.

ABSTRACT

THE COMMUNITIES IN THE MARGINS OF THE SUSTAINABILITY: A LOOK AT THE POLE ECOTURÍSTICO IRANDUBA IN AMAZONAS

The State of Amazonas has one of the largest preserved biodiversities on the planet. It has a precious gene bank for scientific and economic exploration which is, however, threatened by environmental degradation. Due to its rich social diversity with a large number of indigenous ethnicities, which is marked by the culture of peoples on the riverside and rich in folkloric festivities, the region is

¹Doutoranda CDS/UnB, Professora UEA - <http://lattes.cnpq.br/5385395813417606> - e-mail: ediribeiro27@hotmail.com

also known as a reference in Ecotourism. This paper aims at analyzing the impact of the Iranduba/AM ecotourism site on the local communities. Qualitative research using the Focal Group methodological technique was used for data collection. This work was carried out in order to investigate the modus operandi of ecotourism in the Amazon to show whether this activity is done in accordance with the concepts advocated in the literature. Ecotourism in Iranduba was chosen for its large concentration of jungle lodges and for the variety of its neighboring communities. The result of this study indicates that communities in this site are excluded from the ecotourism process tripod of environmental, social and economic balance. There is also lack of consensus within the local tourism market about the importance of social and environmental aspects in the sector. It is believed that this study can sensitize decision-makers of the tourism market in the region to understanding that the primary commitment of ecotourism is the development of these communities. Otherwise, the concepts, ends and means of benefits of this practice will always be designed and classified by the viewpoint and influence of groups of socioeconomic, environmental and cultural contexts and interests inconsistent with those of the Amazonian culture.

Key words: Ecotourism, Sustainability, Ecotourism Site.

1 INTRODUÇÃO

Analisado como uma atividade econômica, o turismo é um fenômeno de demanda altamente associado ao consumo, e seu desenvolvimento ocorrido em todas as regiões do país.

No Estado do Amazonas, o cenário de desenvolvimento do turismo é promissor e aponta para o turismo de natureza, ligado ao turismo de lazer, grandes responsáveis pelo crescimento da demanda turística no local. De acordo com a AMAZONASTUR (2009), 55,98% dos turistas que vêm ao Amazonas são motivados pelo turismo de lazer e, em sua grande maioria: (70,26%), demandados por estrangeiros advindos do exterior.

Dentro dessa perspectiva, voltada ao desenvolvimento do turismo sustentável, a prática do ecoturismo se apresenta como uma das atividades que pode ser desenvolvida no Amazonas, já que atrativos naturais e culturais não faltam à região. A designação atribuída ao Estado como “Referencial Nacional do Ecoturismo” (RUSSO, 2005) justifica-se justamente diante do potencial da biodiversidade e da sociodiversidade existente na região. E tem se mostrado uma importante alternativa para o desenvolvimento econômico local, como atividade menos impactante do que a mineração, a pecuária, a extração de madeira e a implantação de hidrelétricas.

Não é por acaso que esse segmento tem sido estratégico para o Amazonas, pois o Estado possui 14 Polos Ecoturísticos. A designação “Polo Ecoturístico” se refere a um conjunto de municípios que concentram muitos atrativos para a realização da prática de ecoturismo (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Assim, com exceção do município de Parintins (Polo Saterê), que é um destino indutor de desenvolvimento turístico, as cidades de Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Altazes, Careiro, Careiro da Várzea, Silves, Novo Airão e São Gabriel da Cachoeira enquadram-se nos critérios e características de polos ecoturísticos (PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA, 2009).

Faria (2005) aponta alguns critérios que caracterizam esses polos: proximidade da capital, Manaus; potencial ecoturístico com produtos em operação; disposição de Unidades de Conservação; Reservas Ambientais e Áreas Indígenas. Critérios como infraestrutura mínima de acesso terrestre, fluvial e/ou aéreo e inserção destas áreas no Projeto Corredores Ecológicos², também contribuem na escolha desses municípios como polos ecoturísticos.

Vale salientar que no contexto das definições existentes para o termo “ecoturismo”, três características constituem o chamado tripé da sustentabilidade dessa atividade, a saber: garantia da conservação ambiental, educação ambiental e benefício às comunidades receptoras (FACO e NEIMAN, 2010).

Desta forma, o maior desafio para os gestores dos Polos Ecoturísticos do Amazonas está em desenvolver políticas públicas voltadas para a utilização sustentável dos recursos naturais amazônicos, aliando conservação ambiental e bem-estar das populações que vivem nas comunidades localizadas nas áreas de influências dessas regiões – o que converge para um turismo em bases sustentáveis.

Para tanto, o objetivo deste trabalho foi analisar o impacto do polo ecoturístico de Iranduba/AM sobre as comunidades da região. O que motivou a realização do mesmo foi investigar o *modus operandis* do ecoturismo no Amazonas com a pretensão de revelar se o ecoturismo que se desenvolve no

² Corredor Ecológico - São as grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritárias na Amazônia e na Mata Atlântica, delimitados em grande parte por conjuntos de unidades de conservação (existentes ou propostas) e pelas comunidades ecológicas que contém. Ayres (2005).

Estado está de acordo com o conceito defendido pela literatura. A escolha desse polo ecoturístico para estudo deu-se em virtude do município de Iranduba abrigar a maior concentração de hotéis de selva do Amazonas e grande diversidade de comunidades ao seu redor.

Além dessa introdução, a seção 2 a seguir delinea os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo, denominados como um diagnóstico da área de estudo e aplicação de um grupo focal com as representações comunitárias locais. A seção 3 analisa e discute os resultados encontrados. Por fim, apresentam-se as considerações finais e sugestões.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização de um diagnóstico do Polo Ecoturístico de Iranduba a metodologia que se adotou foi a seguinte:

- a) Conhecer a área de estudo: localização e contexto histórico do Polo Ecoturístico de Iranduba, por meio de análise documental e pesquisa de campo.
- b) Aplicação da técnica de Grupo Focal. Nesta dinâmica, priorizaram-se os seguintes atores sociais: seis representantes das comunidades locais e três representantes da gestão pública local.

2.1 Instrumento de coleta de informações - Grupo Focal (GF)

A técnica de coleta de dados (GF) é aplicada em pesquisas qualitativas que foram muito usadas na área da psicologia (TRENTINI, 2000). Tem avançado na pesquisa educacional (GOMES, 2005) e recentemente aplicada no ecoturismo Neiman e Rabinovich (2008). A aplicação dessa técnica consiste na realização de uma entrevista e um debate com um grupo de pessoas que demonstrem algum interesse comum para dar sua opinião, comentar sobre um tema, que é o objeto da pesquisa, a partir de suas vivências, acompanhados por um mediador do grupo.

O GF não deve exceder a 15 participantes. O grupo integrante desta pesquisa foi formado por representantes das associações comunitárias (São José, Alto de Nazaré, Caldeirão, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro e Cacau

Pereira), sendo três delas localizadas no entorno dos hotéis de selva e três comunidades situadas na sede do município. Os representantes da gestão pública foram um turismólogo representante do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), um componente da Secretaria Municipal de Turismo e um da Secretaria de Meio Ambiente.

Todos os participantes foram superficialmente informados sobre o tema da discussão. Para não haver respostas prontas, o convite foi dirigido com a finalidade de que contribuíssem de alguma forma para o avanço do turismo de base sustentável na região, sem receber qualquer espécie de gratificação.

As questões que subsidiaram o debate foram: atividades desenvolvidas pelos participantes, dinâmica econômica das comunidades e do município, benefícios e impactos das atividades turísticas para as comunidades locais, contribuição das comunidades para o desenvolvimento do ecoturismo, programas ou projetos ecoturísticos desenvolvidos pelo governo do estado e por empreendedores dos hotéis de selva e existência de etnias indígenas no entorno dos hotéis de selva. O mediador conduziu a discussão de forma que os participantes pudessem opinar livremente sobre sua experiência ao longo dos anos na área de turismo e artesanato, com o cuidado para oportunizar a participação de todos.

2.2 Caracterização e contextualização da área de estudo

Irlanduba, município do estado do Amazonas inclui-se na Região Metropolitana de Manaus, possui 40.735 habitantes, com 28.928 residindo na área urbana e 11.807 vivendo na zona rural (IBGE, 2010).

De acordo com o mapa de zoneamento do município, a cidade possui 28 comunidades. Localiza-se a 27 km em linha reta da capital e 13 km via terrestre. Possui uma área de 2.215,0 Km². A cidade foi elevada à categoria de município pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, no Governo de José Bernardino Lindoso. Banhada pelo rio Negro e Solimões, limita-se com as cidades de Manaus, Novo Airão, Manacapuru, Careiro da Várzea e Manaquiri (Figura 1).

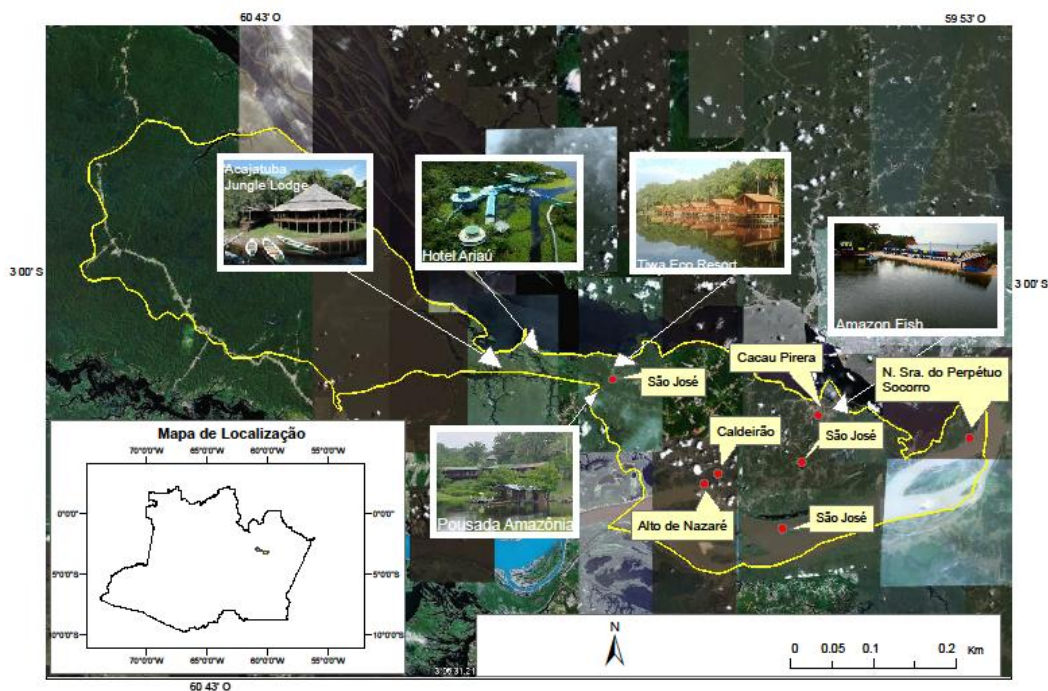


Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus, 2010.

Figura 1: Localização do Município de Iranduba/AM - Região Metropolitana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Iranduba se enquadra na categoria de Polo Ecoturístico por possuir a maior concentração de Hotéis de Selva: Ariaú Tower, Pousada Amazônia, Acajatuba, Tiwa Amazon Eco Resort, Amazon Fish, Pousada Ecológica, Hotel de Selva Lago Salvador, Tariri Amazon Lodge e outros. Além disso, a região faz parte do Corredor Ecológico¹: Projeto Corredor Central da Amazônia; possui duas Unidades de Conservação; detém logística favorável à capital do estado e uma riquíssima beleza cênica (Figura 2).



Fonte: Criação Layout/Argemiro Neto/IBGE-2011

Figura 2: Mapa/localização das comunidades e Hotéis de Selva cidade Iranduba/AM.

No âmbito da literatura brasileira sobre ecoturismo Neiman Zysman e Rita Mendonça (2005); Lindberg e Hawkins (2005); Rodrigues (org.) (2003); Beni (2006) contribuem com significativas publicações sobre o assunto. Vale salientar que no contexto das definições existentes para o termo “ecoturismo”, três características constituem o chamado tripé da sustentabilidade dessa atividade, a saber: garantia da conservação ambiental, educação ambiental e benefício às comunidades receptoras (FACO e NEIMAN, 2010).

O Ecoturismo deve basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade e a participação da população rural local, naquelas regiões onde o maior potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas pode ser encontrado. Os eixos-chave dessa modalidade focaliza o desenvolvimento da comunidade local. Por desenvolvimento da comunidade local entende-se conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar reservas valiosas, por meio de mecanismos que se digam sustentáveis, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo (HORWICH, et al, 2005).

De acordo com o conceito tratado neste artigo, o ecoturismo está fundamentado no tripé da sustentabilidade: equilíbrio ambiental, equilíbrio social

e equilíbrio econômico. Os resultados desta pesquisa foram analisados dentro do tripé:

3.1 Equilíbrio Ambiental

O turista que visita a região Amazônica é motivado pela beleza cênica e pelo imaginário popular da “Floresta Amazônica”. No imaginário coletivo mundial, o Estado aqui em destaque surge como santuário ecológico e como “território índio” estando a cultura indígena imensamente associada ao produto Amazônia. Possuidor de uma rica biodiversidade distribuída em uma área de 1.570.745 km², o Estado conta ainda, com 98% de sua floresta original, distribuída em diversos Parques Nacionais e Reservas Biológicas. A presença da cultura indígena é marcante: o equivalente a 65 etnias vivem no Estado (AMAZONASTUR, 2009).

O município de Iranduba é o mais próximo da porta de entrada (Manaus) dos turistas de todo o mundo, porque apresenta uma concentração de atrativos naturais. Os comunitários confirmam em seus depoimentos a beleza e as potencialidades naturais do lugar, pois vivem em área privilegiada como: o encontro das águas, florestas preservadas, praias, vitória-régia, animais e espécies endêmicas da Bacia Amazônica. Por exemplo, o peixe pirarucu (*Arapaina gigas*).

Os empreendedores do Polo Ecoturístico de Iranduba, cientes desta beleza, usufruem da natureza e dos serviços ambientais gerados pela floresta tropical, os quais são: biodiversidade, beleza cênica, participação no ciclo hidrológico, sumidouro de gás carbônico, proteção do solo, fonte de alimentos e medicamentos (FEARSINDE, 1997; SALATI, 1983). No entanto, após este estudo percebeu-se que há deficiência de estudos por parte desses empreendedores ecoturísticos em conhecer a capacidade de carga³ para o uso sustentável dessas áreas, bem como os impactos provocados pela atividade ecoturística sobre os ecossistemas locais. Tanto que os comunitários revelaram que há impactos, porém não quantificados nem qualificados.

³ **Capacidade de carga** - Capacidade de carga é um conceito usado desde 1983, no campo do Ecoturismo para fixar limites, ordenar e manejar a visitação em áreas naturais. Pode ser definida como o limite máximo de resistência do local com base nos fatores de resistência ambiental e a capacidade de assimilar os impactos provenientes dessas atividades (CIFUENTES, 1992).

Logo, nota-se que deve haver políticas públicas que integrem comunitários, gestores públicos do turismo, órgãos ambientais, a academia e os empreendedores dos hotéis de selva para que o desenvolvimento da atividade ecoturista no município seja sustentável. No entanto, para garantir a manutenção da floresta e seus ecossistemas nessa região, medidas de proteção têm sido tomadas com relação à criação de Unidades de Conservação - UC's, tais como Área de Proteção Ambiental - APA Margem Direita Paduari-Solimões e Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Rio Negro e o Parque Ecológico do Lago Januári. Porém, as mesmas ainda não são suficientes para a conservação e minimização dos impactos provocados pelo turismo de lazer. Diante disto, esta pesquisa revelou que a sustentabilidade ambiental no Polo Ecoturístico de Iranduba ainda é insipiente.

3.2 Equilíbrio Social

Com o conceito de ecoturismo ainda não apresentando uma definição precisa (DALE, 2005), o que implica na adoção de abordagem distinta para cada grupo de interesse envolvido na atividade, diversas são as contradições que se instalam diante dos princípios e critérios que se reservam para acontecer a sustentabilidade do turismo no Amazonas. Essas contradições ficam visíveis nas declarações dos moradores das comunidades rurais do município de Iranduba. Eles são unânimes em afirmar que tanto o poder público municipal, estadual e federal, como as instituições que estão ligadas diretamente na condução do fomento de políticas públicas do turismo no Estado, ainda não há, nem no turismo, nem no ecoturismo uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o local.

Com relação à oportunidade de emprego e renda para a população local, os declarantes dessa pesquisa reconheceram que não existe capacitação de mão-de-obra. Principalmente as mulheres quando buscam vagas de camareiras e outras ocupações. Eles também disseram que as pessoas ligadas às atividades artesanais e os exploradores de barracas de praias são conscientes que a falta de organização entre os comunitários contribui para o afastamento do turista do local.

Recursos como máquinas de costura para a confecção de roupas, sandálias de miçangas e a falta de clientela para comprar o artesanato foram algumas das contestações enfatizadas pelo grupo. Pelo que se pôde observar, dentre as seis comunidades participantes no GF, apenas a comunidade de Januari está organizada em associação comunitária na exploração de artesanato. De acordo com seu presidente, essa estratégia vem apresentando resultados positivos, pois além de serem bem requisitados para participar de feiras em vários eventos, também conseguem viabilizar a divulgação e venda de seus produtos.

Ao lembrar sobre a decaída de fluxo turístico e baixa venda de artesanato, o representante da comunidade argumenta que:

[...] de uns tempos pra cá deu uma decaída muito grande por problemas internos nos transatlânticos. Januari vendia muito artesanato mesmo. Hoje tem novas sementes, pena, madeira... [...] não pode mais entrar nos navios, ou seja, turistas do transatlântico não podem mais comprar esse tipo de material... [...]... Os turistas que levam esse tipo de material geralmente são os turistas que vêm de navio e volta de avião... [...] até por causa de questões alfandegárias. Então a gente tem esse probleminha, mas assim é um problema que teria que ser resolvido lá porque muito se falava que a semente criava um fungo e isso causava alergias e até turistas já vieram a óbito por causa disso.

Ao refletirem sobre o isolamento em que se encontram as comunidades diante das atividades ecoturísticas no local, alguns membros desejam a mudança desse quadro quando idealizam a “criação da casa do caboclo”, cujo objetivo seria receber os turistas no local. Ela também seria a ponte de ligação entre Manaus e os municípios da região metropolitana. Entre eles Iranduba, visando inserir a cidade na rede urbana para compartilhar oportunidades de desenvolvimento.

Aspectos como a falta de título definitivo dos terrenos inviabiliza qualquer realização de espaços para efetivação de projetos comunitários; ausência e incoerência das políticas públicas; contradição entre manejo, conservação e desenvolvimento econômico, falta de estímulo dos comunitários na viabilidade econômica turística também foram foco de discussão dos participantes.

Essa situação contrasta com os eixos-chave defendidos pelos pressupostos do ecoturismo, quando defende o desenvolvimento da comunidade local. Por desenvolvimento da comunidade local, entende-se conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar reservas valiosas, por meio de mecanismos que se

digam sustentáveis, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo (HORWICH, et al, 2005).

É nesse fio condutor de análise que Samantha (2005) cita Campbell (1999); Colvin (1996); Loon e Palakow (2000) por questionarem em seus estudos se as comunidades locais se beneficiam da indústria do ecoturismo. Uma empresa que explora esse tipo de atividade só pode ser considerada de “sucesso”, se as comunidades locais usufruírem, de alguma forma, do controle desses benefícios, principalmente da participação equitativa. Essa preocupação existe pelo fato de que grande parte desse controle é quase totalmente feito por operadoras turísticas localizadas fora do local de origem do empreendimento. (SCHEVYNS, 1999).

3.3 Equilíbrio Econômico

Em função da grande concentração econômica existente na capital amazonense proveniente da indústria de transformação do Polo Industrial de Manaus – PIM, o PIB do município de Iranduba representa apenas 0,36% do PIB do Estado, a preços correntes de 2008 (IBGE, 2011). Sendo distribuído em termos de valor adicionado: agropecuária 23,31%, indústria 13,09%, serviços 58,50% e Imposto 5,10%.

Apesar dos serviços deterem um pouco mais da metade da riqueza municipal, que por sinal a participação da administração pública no PIB é uma tendência dos municípios brasileiros, Iranduba possui dois potenciais econômicos: indústria de transformação (polo oleiro) e o turismo de natureza (polo ecoturismo).

O primeiro é sinalizado pelo Plano Diretor da Região Metropolitana de Manaus PDRMM (2010), revelando, inclusive, que um polo oleiro é a única atividade que apresenta viabilidade econômica para o desenvolvimento do município. No entanto, esta pesquisa revelou que, apesar da potencialidade, uma preocupação que surge é o grande consumo de lenha como insumo para produção de telhas e tijolos. Dados do Instituto Nacional de pesquisas Espaciais/Monitoramento do desmatamento da Amazônia por Satélite INPE/PRODES (2011) revelam que o desmatamento em Iranduba passou de 336,2 km² em 2000 para 465,2 km² em 2009, representando um crescimento de

38,37% em quase uma década. Além disso, atualmente o desmatamento já representa 20,87% da área territorial do município. Há necessidade de agregar maior sustentabilidade a essa atividade para que as florestas não sejam prejudicadas. É o que revelam os comunitários.

O segundo é sinalizado pelas comunidades locais, que afirmam ser o ecoturismo a grande vocação da região e se praticado *ab integro*⁴ constitui uma atividade altamente sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, por se preocupar com a conservação ambiental e o bem-estar social. No entanto, não é por acaso que as comunidades revelam,

[...] Iranduba tem aqui dentro da orla cinco a sete hotéis, que têm uma demanda muito grande de fluxo e muitas pessoas da região, mas às vezes desconhecem que a atividade do turismo é diferente do ecoturismo. Ecoturismo se baseia em trazer uma questão que devolva o potencial econômico da região ou equilíbrio econômico para aquele local que gerem pessoas que mobilizem aquele local, que vá buscar um determinado entendimento do seu local para atingir um resultado positivo que dê um suporte maior para aquela comunidade com a questão econômica, mão de obras e outras questões para desenvolver esse polo.

Não é de hoje que ecoturismo tem sido praticado em Iranduba. No entanto, a pesquisa revelou que não há uma repartição justa de benefícios. A agregação de valor da atividade é a mínima possível para as comunidades que vivem ao entorno dos hotéis de selva:

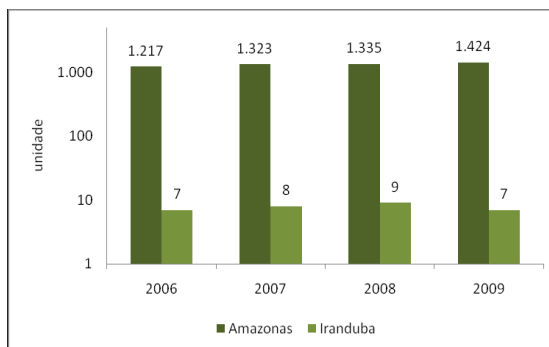
- ✓ Não há fornecimento de alimentos por parte das comunidades, como: frutas e pequenos animais (frango, peixe, etc.), porque não existe incentivo para desenvolver uma agropecuária familiar. Os alimentos vêm de Manaus;
- ✓ As pessoas contratadas para trabalhar nos hotéis do lugar geralmente são da capital, porque possuem maior qualificação profissional, como curso de inglês, informática, entre outros;

⁴ *ab integro* - Fielmente, não alterado.

- ✓ Não existe nenhum tipo de fundo financeiro levantado pelos hotéis para compensar o uso dos recursos naturais de Iranduba, ou para que as comunidades locais possam desenvolver alguma atividade econômica com o fim de suprir suas necessidades básicas.

Se não bastasse, o Polo Ecoturístico de Iranduba não tem impactado positivamente as atividades características do turismo da região. O crescimento dos serviços de alimentação e alojamento, por exemplo, esteve praticamente estagnado ao longo do tempo. Passou de 7 pessoas ocupadas em 2006 para 7 pessoas em 2009, representando 0,0%. Fato este altamente desproporcional em relação ao Amazonas, que cresceu 17,01% no mesmo período.

(Gráfico 1).



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Gráfico 1: Atividade com alojamento e alimentação no Amazonas e no Município de Iranduba/AM.

Isto certamente demonstra que a geração de emprego e renda na região tem sido minimamente decorrente da atividade ecoturística. Essas constatações só revelam que o *modus operandis* do turismo de natureza que tem sido praticado no interior do Estado tem feito com que as comunidades fiquem à margem da sustentabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi analisar o impacto do polo ecoturístico no município de Iranduba-AM sobre as comunidades da região. Após sua conclusão, observou-se que o resultado aponta para a exclusão das mesmas, principalmente quando analisadas no tripé- base-eixo constitutivo do ecoturismo, tanto no equilíbrio ambiental, como no social e econômico. Verificou-se que é muito

acentuada a falta de consenso dentro do mercado turístico sobre a importância dos aspectos sociais e ambientais no setor.

Considerando os aspectos do ecoturismo priorizados no tripé da sustentabilidade, concluiu-se que, com relação aos resultados das questões ambientais, planejar a gestão do ecoturismo em áreas naturais representa atualmente um dos maiores desafios. Esse fato tem gerado conflitos de interesses, já que compatibilizar políticas que elaborem projetos ecoturísticos no Amazonas, num cenário ainda indefinido e dividido entre a perspectiva de ocupação da área, pelos modelos tradicionais de uso, ocupação do solo e preservação de áreas florestais de elevado potencial em biodiversidade, tem inflamado várias discussões.

Somando-se a isso, a inexistência de estudos por parte dos empreendedores do mercado do turismo na região, faz valer a responsabilidade social. Mesmo existindo medidas de proteção direcionadas às Unidades de Conservação existente no local, essas não são suficientes para que se minimizem os impactos decorrentes dos empreendimentos no local.

No que se refere aos resultados sociais, verificou-se a falta de apoio dos governos municipal, estadual e federal com relação à efetividade na implementação de projetos turísticos para a comunidade local. Além da sede do município não interagir com a mobilidade turística presente nos hotéis de selva, a ausência da capacitação de mão-de-obra, bem como o fomento de políticas públicas adequadas à cultura e estímulo à criação de associações como mecanismo no fortalecimento sustentável para as comunidades, são visíveis. Um dos pontos observados foi o comportamento dissimulado de alguns empreendedores de hotéis de selva, quando alegaram que apresentam muitos atrativos da cultura indígena para os turistas. Tais fatores inclusive vêm gerando conflitos entre algumas comunidades no entorno dos hotéis de selva.

Quanto aos resultados da análise econômica, constatou-se que, dentre as atividades geradoras de renda, a agropecuária, indústria e os serviços, o potencial da região como atrativo ecoturístico, é a alternativa mais viável e menos impactante como fonte geradora de emprego e renda. Entretanto, o que está claro no estudo é que não existe uma divisão justa desses benefícios no local, nem

tampouco um parâmetro estatístico apontando que os 58,50% mobilizados na dinâmica econômica dos serviços sejam relacionados às atividades do ecoturismo. A falta de valores agregados aos produtos contribui ainda mais, para deixar as comunidades à margem da sustentabilidade na região.

Enfim, acredita-se que esse estudo possa contribuir para a sensibilização e reflexão sobre o real sentido dos pressupostos do ecoturismo e seu compromisso focado no desenvolvimento das comunidades. Caso contrário, os conceitos, os fins e os meios do benefício dessa prática serão sempre pensados e classificados sob a ótica e influência de diferentes grupos de interesses e contextos socioeconômicos, culturais e ambientais, totalmente desambientados da cultura amazônica.

REFERÊNCIAS

AYRES, José M et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, p.256, 2005.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

DALE, Paul. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

CIFUENTES, Miguel. *Determinacion de capacidad de carga turística em áreas protegidas*. CATIE, Turrialba, Costa Rica, 1992.

EMPRESA ESTADUAL DO ESTADO DO AMAZONAS – AMAZONASTUR. **Síntese dos indicadores do turismo 2003-2009**.

FACO; NEIMAN. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN; RABINOVICI (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

FARIA, Ivani F de. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão no Amazonas. Passos. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. V 3 nº1. ISSN 1695-7121, p. 63-77, 2005.

FEARNSIDE, P.M. *Protection of mahogany: A catalytic species in the destruction of rain forests in the American tropics*. **Environmental Conservation**. 24(4): 303-306, 1997.

FERREIRA, F; COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo**: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMM/SCA/Proecotur, ISBN: 85-87166-39-5, 2002.

GOMES, Sandra R. **Grupo Focal**: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. Cadernos de pós-graduação, São Paulo, v.4 p. 39-45, 2005.

HORWICH, Robert H. et.al. O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBER; HAWKINS (Orgs.) **Ecoturismo- um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 5 ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, PIB Municipal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/defaultulttab.shtm> Acesso em: 15/06/2011.

_____, Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/default.shtm>> Acesso em: 15/06/2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE, Projeto PRODES Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>> Acesso em: 10/06/2011.

JONES, Samantha. *Community – Based Ecotourism: The significance of social capital*. Northumbria University, UK. In: **Annals of Tourism Research**, V. 32 nº 2, 2005, p. 303-324

LINDBERG, Kreg; HAWKINS. Donald (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 5 ed. Tradução: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICH, Andréa. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza, Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 3, n. 2 – pp. 77-101, 2008.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS, Ed 2.2010. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus. René Levy Aguiar, Consórcio Vetec/Valente.

PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA, BANCO DA AMAZÔNIA, 2009.

PRODES-INPE. . Desmatamento dos Municípios. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php> > Acesso em: 15/06/2011.

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA – PROECOTUR, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pot/sca/proeco/turverd.html>> Acesso em: 26 ago. 2009.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**, (Org.). São Paulo: Contexto, 2003.

SALATI, Eneas (1983). O clima atual depende da floresta. As águas da região amazônicas. In: SALATI, Eneas et al. (org.) **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense/Brasília/CNPq, p. 15-44.

TRENTINI, M.; GONÇALVES, L. H. T. **Pequenos grupos de convergência**: um método no desenvolvimento de tecnologias na enfermagem. Texto e Contexto em Enfermagem (Florianópolis, SC), v. 9, n. 1, p.63-78, 2000.

AGRADECIMENTOS

Em especial, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, às colegas do curso de doutorado, pelo apoio na coleta de dados: Ana Lúcia Soares Machado e Elane Conceição de Oliveira, aos representantes das Comunidades de Iranduba envolvidas na pesquisa e os representantes da Secretaria Municipal de Turismo local.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM viabilizou total apoio na realização desta pesquisa, a qual contribuiu para retratar os resultados parciais da realidade do Ecoturismo no Estado do Amazonas. Os dados parciais fazem parte da coleta de dados da tese de doutoramento e foram apresentados no *Workshop* “Ecoturismo e Cenário: estratégias de desenvolvimento para o Amazonas”, realizado no período de 19 a 21 de julho, na cidade de Manaus/AM.